

Editorial

No momento em que encerrávamos a etapa de preparação deste segundo volume de 2023 da *Revista Marx e o Marxismo* – Revista do NIEP-Marx, governantes, diplomatas, *lobistas* e ativistas do mundo inteiro estavam reunidos em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), para a COP28, espetáculo encenado anualmente e, desde 1995, acompanhado pela humanidade com crescente interesse.

Entre as 28 edições, algumas são mais célebres, como a COP3, de 1997 (em Quioto, Japão) e, especialmente, a COP21, de 2015 (em Paris, França). A COP21 apresentou como resultado mais emblemático o *Acordo de Paris*, que estabeleceu como meta principal limitar o aquecimento do planeta a 2°C acima do período base de 1850-1900. O acordo ainda declarava a necessidade de mobilizar esforços para limitar o aquecimento a um nível ainda mais baixo, 1,5°C acima do período base (meta pela qual o acordo ficou mais conhecido).

Desde então – na verdade, desde muito antes, remontando à primeira Cúpula da Terra, em 1992 (no Rio de Janeiro, Brasil), e à COP1, em 1995 (em Berlin, Alemanha) – assistimos ao emprego massivo de esforços para a formulação e implementação de políticas públicas orientadas para a realização das transições preconizadas pelo melhor conhecimento científico à disposição a cada momento. É bem verdade que tal mobilização global ficou aquém das promessas e, especialmente, aquém do necessário (IPCC, 2023). Seria um equívoco, no entanto, sugerir que nada (ou quase nada) foi feito. O resultado realmente perturbador é que, apesar de tudo que foi feito, todas as trajetórias decisivas dos principais indicadores climáticos continuaram caminhando na direção da piora; em alguns casos, com aumento de velocidade.

A imagem que é possível extrair dessas tendências é de uma caminhada para frente que, porém, nos deixa cada vez mais distantes das metas mais básicas que precisaríamos atingir para garantir alguma chance de não desestabilizarmos catastróficamente os sistemas naturais do planeta. Uma espécie de *moonwalking* perverso, que podemos chamar de *doomwalking*, a *dança insana da humanidade à beira de um colapso*.

Todo esse atraso crescente em meio aos pequenos avanços pontuais nos obriga a conclusões muito duras. Hansen *et al.* (2023), por exemplo, examinando as tendências climáticas atuais, o aquecimento já “contratado” por emissões passadas e as emissões futuras já “contratadas” pelas políticas atuais e pelo contínuo avanço da infraestrutura de exploração e consumo de combustíveis fósseis, declaram que “a meta do Acordo de Paris está morta”. Repare que os autores não se referem à meta de 1,5°C, mas à de 2°C, um aquecimento que toda a comunidade científica considera catastrófico. Um mundo 2°C mais quente é um mundo extraordinariamente mais hostil e convulsivo do que o

que vivemos hoje, mesmo se tomarmos como referência 2023, o pior dos anos do registro histórico (Ripple *et al.*, 2023).

Tudo isso vai conferindo às COP um aspecto visivelmente teatral. A encenação dos mais elevados compromissos, contudo, cada vez menos consegue conter o transbordamento de sintomas muito claros das nossas reais impossibilidades. Em declaração hipercontroversa, Sultan al-Jaber, o chefe da petrolífera estatal dos EAU que está presidindo a atual conferência, afirmou que não há ciência por trás da demanda pela abolição do uso de combustíveis fósseis. Por um lado, trata-se de uma afirmação ostensivamente falsa. O melhor conhecimento científico disponível já demonstrou o vínculo entre o aquecimento global e as emissões de gases de efeito estufa a partir das atividades humanas, predominantemente originadas pela queima de combustíveis fósseis (IPCC, 2023).

Por outro lado, indo além do sentido mentiroso pretendido pelo emiradense, há uma nota de verdade no que foi dito. Se considerarmos as ciências sociais, especialmente a Economia, de fato não há sequer sombra de demonstração confiável de que a abolição dos combustíveis fósseis é viável. Não há, porque não poderia haver. A sociedade capitalista é absolutamente incapaz de abrir mão dessas fontes energéticas, tanto por suas peculiaridades qualitativas quanto pela escala compulsivamente crescente da oferta de energia necessária para alimentar a expansão insaciável da produção.

Alguns climatologistas eminentes, como o professor Michael E. Mann, argumentam que tal abolição seria possível porque num passado recente fomos capazes de abolir o uso de CFCs, gases destruidores da camada de ozônio, e DDTs, inseticidas que vinham dizimando populações de aves. O que não percebem é que essas abolições exigiram tão somente a “raspagem” de certas modalidades de consumo na ponta das atividades econômicas. Nem os CFCs nem os DDTs jamais tiveram algo sequer próximo da importância estrutural para as engrenagens do sistema quanto os combustíveis fósseis. Além disso, a abolição dos combustíveis fósseis varreria do mapa não apenas o capital fóssil (Malm, 2016), mas trilhões de ativos financeiros lastreados em produção futura de petróleo, carvão e gás (Sá Barreto, 2022). Em outras palavras, a demonstração científica da necessidade *e da possibilidade* de abolição dos combustíveis fósseis exige a crítica teórica e a negação prática da sociedade capitalista, algo que não está (e nem poderia estar) no horizonte de Sultan al-Jaber, dos EAU ou até mesmo da ONU.

A rigor, esse patamar de crítica e posicionamento político não poderia estar no horizonte nem mesmo do governo brasileiro (qualquer que seja a coloração política que ocupe momentaneamente o Planalto). A adesão à OPEP+ e a declaração do presidente da Petrobras de que a empresa brasileira seria uma das últimas a interromper a exploração de petróleo são evidências muito fortes disso. Para além do politicismo narcisista de Lula de achar que a OPEP é um espaço disputável para a assim chamada transição energética, encontramos aí mais um sintoma em linha com o que destacamos na fala de al-Jaber.

É recorrente a alegação de que a exploração de combustíveis precisa continuar por mais algum tempo para que suas receitas possam financiar a transição energética rumo a uma matriz inteiramente baseada em fontes de menor intensidade de emissões. Trata-se de uma alegação curiosa, porque sugere a necessidade de financiar abstenção

de consumo, o que à primeira vista é uma necessidade completamente absurda. Ela faz sentido apenas quando levamos em conta a incapacidade crônica do metabolismo próprio da sociedade do capital de conter ou recuar a escala geral da produção e do consumo, que por sua vez precisa ser abastecida e movida por uma escala necessariamente crescente de demanda energética. Nessa sociedade, a abstenção de certas modalidades de consumo *precisa* ser viabilizada pela expansão mais que proporcional de outras modalidades de consumo. Neste caso, combustíveis fósseis por renováveis. Daí a necessidade incontornável de financiar a transição; daí a perpetuação de nossa dependência dos combustíveis fósseis. Conforma-se assim um cenário que corresponde a beber água salgada do mar para matar a sede, o que equivale a dizer que nos encontramos em um beco sem saída específico desta sociabilidade trágica em que vivemos. Evidencia-se mais um aspecto (de uma lista interminável) que implica a urgência de sua superação.

Por tudo que foi dito aqui, a aposta das COP na concertação internacional em prol de ambições comuns (pouco importa se sincera ou cínica) é estruturalmente condenada ao fracasso. Na verdade, à medida que as condições materiais de suporte à vida vão se esfacelando, o oposto é o que tende a acontecer: a multiplicação dos conflitos, tal como temos acompanhado na guerra entre Rússia e Ucrânia e no genocídio palestino recentemente acelerado por Israel.

Este quadro muito sombrio certamente pode dar margem a várias versões de fatalismo. Contra a paralisia e o derrotismo que costumam acompanhar o fatalismo, é preciso enfatizar que o colapso, por enquanto, ainda não é um desmoronamento total do presente, mas uma destruição acelerada de futuros possíveis. Entre os futuros que ainda restam, é possível que ainda haja aqueles em que uma sociedade de produtores associados possa existir e, eventualmente, prosperar. Esse é o futuro que desejamos e por ele até o fim fará sentido lutar. Ao mesmo tempo, entre os futuros que ainda restam, há aqueles que, mais do que possíveis, são *prováveis*. Nesse grupo, dado tudo que foi dito aqui, encontramos futuros que podem ser facilmente descritos como distópicos. Contra eles, com a mesma energia de mobilização (e talvez até mais), precisamos nos preparar.

Esta edição da Revista Marx e o Marxismo é aberta com o artigo “Descolonizar futuros palestinos”, de autoria de Bruno Huberman e Sabrina Fernandes. O texto parte de uma contextualização do conflito entre Israel e Palestina que pontua o caráter colonial da ocupação israelense na Palestina para questionar a normalização de Israel no plano das relações internacionais. Como principal encaminhamento, o autor e a autora propõem novas formas de solidariedade internacional com os palestinos que se colocam para além da realização de um cessar-fogo e da pacificação formal da região.

Em a “Estratégia e política – de Marx a III Internacional”, texto de Daniel Bensaïd traduzido por Pedro Gava, o autor explora a questão da tática e da estratégia nos escritos de Marx e Engels e ao longo do desenvolvimento da tradição marxista até a III Internacional. O autor organiza uma série de elementos fundamentais e também elabora um rol das principais hipóteses estratégicas para o processo revolucionário.

Já no artigo “História, política e Direito no tempo da Gazeta Renana”, de autoria de Vitor Sartori, o autor contesta a hipótese, muito difundida na crítica do direito brasileira, de acordo com a qual Marx seria um jusnaturalista. O argumento de Sartori destaca que nesses escritos há uma predominância da política em relação ao direito, sendo a política compreendida em sua relação com o desenvolvimento do gênero humano.

No artigo “Gramsci e a política cultural”, Bruno Borja procura fundamentar-se nos escritos de Antônio Gramsci para pensar os principais elementos da política cultural. O artigo enfoca tanto a relação entre o desenvolvimento do capitalismo, do Estado e da política cultural, como também a relação entre a política cultural e a disputa da hegemonia no capitalismo.

Em “Para além da obra da juventude de Lukács”, Álvaro Siqueira e Sávio Freitas se debruçam sobre a obra madura de Lukács para afirmar a validade da ontologia e da ética defendidas pelo autor. Como elemento mediador da defesa da ontologia proposta por Lukács, os autores submetem a uma crítica detida a interpretação de István Mészáros da obra lukácsiana. Com isso pretendem demonstrar o baixo grau de difusão do argumento original de Lukács, posto que foi descaracterizado inclusive por um amigo e discípulo.

Camila Carduz Rocha e María Josefina Mastropaolo trazem a tradução de “Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas”, texto em que Paula Varela faz um balanço crítico da polêmica em torno das formulações de Thiti Bhattacharya, apresentada em dossiê do periódico britânico *Radical philosophy*, com contribuições de Silvia Federici, Alessandra Mezzadri, entre outras.

No artigo “Mercado mundial e possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital*”, Leonardo Leite se posiciona ao lado daqueles intérpretes de Marx que destacam a importância da categoria mercado mundial para a sua crítica, em detrimento das economias nacionais. A contribuição do texto se concentra na análise do Livro II de *O capital*, onde são exploradas as condições objetivas para a troca desigual do capital-mercadoria e as possibilidades de imperialismo.

O artigo “Ensaio para uma crítica da economia política da financeirização”, de Bruna Ferraz, apresenta uma análise crítica da teoria da dominância financeira, destacando suas limitações e apontando para a importância de uma análise mais aprofundada das dinâmicas do capitalismo contemporâneo. A autora destaca que a forma predominante de constituição do capital em todos os setores, e não somente no setor financeiro, tem sido a fictícia, o que vai além da mera hipertrofia financeira. Isto permite uma compreensão mais abrangente das relações entre produção, circulação e realização do valor.

No artigo “História e historiografia do trotskismo”, Márcio Lauria Monteiro e Carlos Prado apresentam a história do trotskismo no Brasil, percorrendo suas cinco gerações de organizações articuladas ao longo do século XX, desde a cisão com o PCB no final dos anos 20 e a criação do Grupo Comunista Lenine, em 1930. Paralelamente, mapeiam a produção historiográfica, acervos e fontes, procurando oferecer uma introdução sobre o tema capaz de municiar pesquisas futuras.

Encerrando a seção de artigos, temos “Uma análise marxista acerca da categoria corrupção”, em que Ana Alice Marques e Leonardo Carnut empreendem uma análise

crítica de conteúdo sobre a produção marxista a respeito da corrupção. Abrangendo 25 anos (entre 1995 e 2020) de publicações em 26 periódicos marxistas e 8 anais de congressos, a autora e seu coautor revelam que apenas uma fração muito pequena dos textos tratam sobre o tema corrupção. Conforme esperado, as abordagens ali encontradas desafiam a perspectiva hegemônica desde seus fundamentos mais elementares.

Neste número, a seção “Notas críticas” traz duas resenhas de trabalhos de expressão publicados recentemente. Em “Entre leitores e leituras: a circulação internacional de Mariategui”, Matheus Carvalho Barros apresenta uma resenha crítica de *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*, de autoria Deni Rubbo, publicado em 2021. Já na resenha de *The pandemic in Britain: COVID-19, British exceptionalism, and neoliberalism*, a obra do sociólogo marxista Sean Creaven, publicada em 2023, é apresentada por Rodrigo Rodriguez.

Na seção “Luta e memória”, temos “Há quase cem anos, longe e perto: Lênin, a negatividade e a política da imaginação”, contribuição de Felipe Demier em torno dos esforços de Lenin para divisar, em meio às turbulências da Primeira Guerra Mundial, os caminhos para a ação efetivamente transformadora em uma realidade em que essa possibilidade aparecia em toda parte bloqueada.

Referências

- HANSEN, James; KHARECHA, Pushker; LOEB, Norman; SATO, Makiko; SIMONS, Leon; TSELIODIS, George; von SCHUCKMANN, Karina. *How we know that global warming is accelerating and that the goal of the Paris Agreement is dead*, 2023. Disponível em: <<https://www.columbia.edu/~jeh1/mailings/2023/Acceleration.2023.11.10.pdf>>. Acessado em 18 de dezembro de 2023.
- IPCC. *AR6 synthesis report: climate change 2023*. Genebra: IPCC, 2023.
- MALM, Andreas. *Fossil capital: the rise of steam power and the roots of global warming*. Londres: Verso, 2016.
- RIPPLE, William; WOLF, Christopher; GREGG, Jillian; ROCKSTRÖM, Johan; NEWSOME, Thomas; LAW, Beverly; MARQUES, Luiz; LENTON, Timothy; XU, Chi; HUQ, Saleemul; SIMONS, Leon; KING, David. “The 2023 state of the climate report: entering uncharted territory”, *BioScience*. Oxford, v. 0, n. 0, 2023.
- SÁ BARRETO, Eduardo. *Ecologia marxista para pessoas sem tempo*. São Paulo: Usina, 2022.

Existe um segredo que poucos editores contam e nós vamos contar: as revistas se fazem quase sozinhas, ganham autonomia, fruto da conjuntura e também das diversas mãos que possibilitam sua publicação. Nossa revista é construída coletivamente no NIEP-Marx. Por isso, nunca é demais deixar aqui nosso agradecimento ao corpo de pareceristas, ao grupo de revisores e diagramadores que põem a revista de pé. Muito obrigado!

Esta edição contou com apoio da Capes Proex do Programa de Pós-graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense.